



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER**

#### **Departamento de Gestão de Parcerias**

Rua Pedro de Toledo, 1591, - Bairro Vila Clementino - São Paulo/SP - CEP 04039-034

Telefone:

**PROCESSO 6019.2022/0004475-2**

**Encaminhamento SEME/DGPARG N° 099321128**

**SEME/GAB/CG**

**Senhor Chefe de Gabinete,**

**Compulsando os autos e respondendo ao questionamento emanado no Parecer Jurídico em SEI! (099257322) exarado pela douta Procuradoria desse Município esclarecemos o que segue:**

#### **1) Sobre a natureza continuada e a necessidade de prorrogação**

**Tal circunstância está claramente posta no Edital do Programa e no seu respectivo termo de referência, inseridos nos autos do Processo já encerrado autuado sob o número 6019.2022/0002461-1. No edital termo de referência, tal qual apresentado em SEI! (066589549), na sua primeira versão no processo já citado, consta expressamente:**

**“Atender crianças, jovens em situação de vulnerabilidade e risco social, através de atividades físicas e esportivas organizadas e orientadas por meio de aulas regulares nas modalidades de Basquete e Skate, utilizando o esporte como ferramenta de ensino e transformação social, que serão oferecidas em espaços públicos através de parcerias com as Organizações da Sociedade Civil – OSC’s.”**

**É dizer, já na sua proposição original, o termo de referência deixou claro a ideia de “aulas regulares”, ou seja, continuadas, para garantir a inserção social e prática desportiva em locais de alta vulnerabilidade, *in casu* no Parque Chuvisto. É claro que a modelagem jurídica proposta na época no Edital apontava para que a OSC interessada propusesse, com alguma liberdade, um termo de fomento.**

**Dessa forma, resta clara a ideia de aulas regulares e de utilização da atividade física e política pública desportiva continuada como forma de providenciar melhor qualidade de vida à população dessas áreas identificadas pelos técnicos do DGPE responsáveis pela elaboração do citado Termo de Referência.**

#### **2) Do Parecer do Setor Técnico Competente**

**Esclarecemos que o documento em SEI! (099205804) é de fato o Parecer referido, que foi**

assinado pelo Diretor do Departamento de Gestão de Parecerias, mas em ambiente diverso. Isso ocorreu porque a nomeação se deu em tempos recentes e o acesso ao ambiente DGPARG dentro do Sistema SEI! ainda não estava aberto a esse servidor. Assim, a solução provisória foi elaborar o respectivo parecer em ambiente cujo acesso era permitido (SEME/GAB), sem que houvesse qualquer prejuízo ou irregularidade, na medida em que a autoridade que o subscreve é aquela competente para tanto.

### **3) Pedidos de esclarecimento sobre a Prorrogação**

No item 2.2 do Parecer Jurídico em SEI! (099257322) há pedidos de esclarecimento sobre a prorrogação, que passamos a esclarecer pontualmente, no que nos cabe.

O Termo de Aditamento nº 092/2023 em SEI! (090651651) incorporou o novo Plano de Trabalho proposto em SEI! (082811147), analisado pelo gestor responsável em SEI! (082811171) e faz referência a uma execução que se encerrará em data próxima (05/03/2024, hoje).

Já o novo Plano, constante em SEI! (099124744), diz respeito à continuidade do Projeto e, justamente por isso, aponta a execução de 06/03/2023 a 05/03/2025. O Parecer da Assessoria Jurídica aponta que “a execução de cada uma das atividades não se encontra bem descrita”, sem pontuar qual a falha descritiva ele contém. O modelo de Plano de Trabalho proposto segue a orientação do anexo da Portaria SEME nº 197/2023, que veio a lume a partir dos trabalhos elaborados por um Grupo de Trabalho que contava, inclusive, com membros dessa Assessoria Jurídica.

Assim, caso haja a necessidade de alteração desse modelo sugiro à Chefia de Gabinete que peça a essa Assessoria Jurídica as propostas de alteração ao modelo vigente, para que elas sejam eventualmente incorporadas a essa normativa.

De todo o modo, o Plano segue a normativa citada e, se houver necessidade esclarecimento jurídico adicional, tal falha existirá em todos os demais Planos de Trabalho que seguem essa normativa. Destacamos: tal normativa segue sugestões de grupo de trabalho com participação ampla das unidades dessa Secretaria, inclusive dessa Assessoria Jurídica.

### **4) Exigências Legais**

O Parecer destaca a importância de seguir certas exigências citando uma lista em seu item 2.2.1 (Prorrogação do Prazo de Vigência e Execução). Acreditamos que essa Lista é uma referência às exigências contidas no artigo 35, inciso IV, da Lei Federal 13.019/2014. Tal exigência é repetida na Portaria supra citada em seu item 10.5, alínea “E”.

Essa exigência, nos termos da Portaria citada, que regulamenta o Decreto Municipal nº 57.575/2016 e da prática desse Departamento, é realizada logo após o certame. Nesse caso concreto ela resta cumprida em SEI! (074426510). Contudo, nesse momento, os autos tratam não da celebração do termo, mas de aditamentos e, portanto, os dispositivos citados não se aplicam.

Os dispositivos a serem exigidos nesse momento são aqueles constantes no item 15 e seguintes da citada Portaria (tais exigências também constam, em igual dicção, no art. 61 do Decreto Municipal nº 57.575/2016). A referência a esse texto normativo está clara no Parecer do Gestor em SEI! (099131194) e no Parecer Técnico em SEI! (099205804). De todo modo, caso essa Assessoria Jurídica entenda incorreto o posicionamento nesse caso, peço que haja sugestão de alteração do procedimento aplicado, pois ele se destina a todos os casos.

## **5) Das exigências normativas para renovação**

No item 2.2.2 do Parecer Jurídico a Assessoria Jurídica afirma que falta a justificativa do acréscimo no valor total do contrato. Entretanto, compulsando os autos, verificamos que existe uma Planilha (aliás bastante didática) em SEI! (099124200), na qual consta a comparação do Plano anteriormente aprovado, no valor total de R\$ 417.037,61, agora ampliado para R\$ 426.656,00, representando um acréscimo total de R\$ 9.618,39, o que representa um acréscimo percentual de, aproximadamente, 2,3%. Tal circunstância também foi textualmente exposta em SEI! (099131194).

Os custos do cronograma de execução financeira, item a item, foram expostos de forma comparada no documento citado e houve algumas reduções em itens pontuais, bem como alguns acréscimos, também em itens pontuais. Na manifestação sobre a análise dessa proposta a gestora se manifestou da seguinte forma: "Adicionalmente, conforme tabela comparativa anexada em SEI, foram retirados alguns materiais e equipamentos que estavam previstos no plano de trabalho anterior mas que, pela sua durabilidade, não precisam ser novamente adquiridos."

Também, conforme referido no próprio parecer da Assessoria Jurídica, a gestora afirma, de forma textual, que o aumento do valor da parceria "se justifica basicamente pelos preços a serem praticados no novo plano de trabalho em decorrência da realização de nova pesquisa de preço pela OSC". (099131194)."

Destaque-se que há um interregno bastante significativo entre a primeira pesquisa de preço, efetuada no ano de 2022, com a pesquisa apresentada nesse momento, no final de 2023. Natural que houvesse um pequeno aumento em alguns itens, resultante de nova pesquisa de preço.

Outrossim, a Assessoria Jurídica, de forma bastante confusa, afirma que o contrato ao que parece mais que duplicará e cita a Ementa 11.560 – PGM. Entretanto, conforme frisamos, essa renovação contempla um aditivo de apenas 2,3%, conforme atestado pela Gestora e, acreditamos, houve uma confusão na leitura desse documento por parte da Assessoria Jurídica.

De todo modo, havendo algum tópico específico que não constou no Parecer da Gestora em SEI! (099131194), pode ser solicitada a respectiva complementação.

## **6) Da Minuta do Termo de Aditamento**

Destacamos que a Minuta a ser utilizada será a mesma minuta padrão, que já foi analisada por essa Assessoria Jurídica em casos assemelhados e, inclusive, nas alterações anteriores nesse mesmo processo. Havendo necessidade de alteração ou sugestões, o Departamento está à disposição para incorporá-las quando necessário.

## **7) Do encaminhamento**

Acreditamos que, abordamos, nos tópicos acima, todos os questionamentos pontuados no Parecer Jurídico, e, desse modo, permanecemos à disposição para sanar qualquer dúvida. Assim, remetemos os autos a essa Chefia de Gabinete para deliberação sobre eventual prorrogação do projeto pelos próximos 12 meses e o respectivo aditamento, em razão das alterações financeiras pontuadas.

São Paulo, 05 de março de 2024.



**Ricardo Pires Calciolari**

**Diretor(a) II**

Em 05/03/2024, às 16:39.

---

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **099321128** e o código CRC **E00BE75A**.

---

---